

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/330660816>

Entre o cisplay e a passabilidade: transfobia e regulação dos corpos trans no mercado de trabalho

Article in *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero* · December 2018

DOI: 10.5212/Rlaeg.v5i2.0019

CITATIONS

2

READS

247

4 authors, including:



Fernanda Martinelli
University of Brasília

16 PUBLICATIONS 12 CITATIONS

SEE PROFILE

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 9, número 2 (2018)
ISSN: 2177-2886

Diálogo
Movimentos
Sociais

Entre o *Cisplay* e a Passabilidade: Transfobia e Regulação dos Corpos Trans no Mercado de Trabalho¹

*Entre el Cisplay y la Pasividad: Transfobia y
Regulación de los Cuerpos Trans en el Mercado
de Trabajo*

*Between Cisplay and Passability: Transphobia
and Regulation of Trans Bodies in the Labor
Market*

Fernanda Martinelli

Universidade de Brasília – Brasil
nandamartineli@yahoo.com.br

Taya Queiroz

Universidade de Brasília – Brasil
carneiro.queiroz@yahoo.com.br

Maria Léo Araruna

Universidade de Brasília – Brasil
leoararuna27@gmail.com

Bernardo Mota

Universidade de Brasília – Brasil
obernardomota@gmail.com

Como citar este artigo:

MARTINELLI, Fernanda; QUEIROZ, Taya;
ARARUNA, Maria Léo; MOTA, Bernardo. Entre o
Cisplay e a Passabilidade: Transfobia e Regulação dos
Corpos Trans no Mercado de Trabalho. **Revista
Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2,
p. 348-364, 2018. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Entre o Cisplay e a Passabilidade: Transfobia e Regulação dos Corpos Trans no Mercado de Trabalho

Entre el Cisplay y la Pasividad: Transfobia y Regulación de los Cuerpos Trans en el Mercado de Trabajo

Between Cisplay and Passability: Transphobia and Regulation of Trans Bodies in the Labor Market

Resumo

Este artigo parte de uma pesquisa maior que investiga como a discriminação a pessoas trans afeta sua empregabilidade e acesso à renda. Aqui exploramos duas categorias (*cisplay* e *passabilidade*) que emergiram nos relatos e se expressam de forma paradoxal no universo do trabalho: operam tanto como vetores de exclusão e violência, quanto como uma forma de sublimação da diferença. Mostramos como o corpo trans é necessariamente moldado por necessidades econômicas e sociais comuns, ultrapassando o âmbito da escolha individual, que também está presente, mas deslocada para o âmbito da possibilidade. Argumentamos que o trabalho pode ser, e frequentemente o é, um sistema operador da cisgeneridade compulsória.

Palavras-Chave: Pessoas Trans; Trabalho; Transfobia; Passabilidade; *Cisplay*.

Resumen

Este artículo parte de una investigación mayor que explora como la discriminación a personas trans afecta su empleabilidad y acceso a renta. Aquí exploramos dos categorías (*cisplay* y *pasibilidad*) que emergen en los relatos y se expresan de forma paradójica en el universo del trabajo: operan tanto como vectores de exclusión y violencia, como también una forma de sublimación de la diferencia. Mostramos como el cuerpo trans es necesariamente amoldado por las necesidades económicas y sociales comunes, ultrapassando el ámbito de la elección individual, que también está presente, más desdoblada para el ámbito de la posibilidad. Argumentamos que el trabajo puede ser, y frecuentemente lo es, un sistema operador de cisgeneridad compulsoria.

Palabras-Clave: Personas Trans; Trabajo; Transfobia; Pasividad; *Cisplay*.

Abstract

This article is part of a larger research which investigates how discrimination against transgender people affects their employability and access to income. Here we explore two categories (*cisplay* and *passability*) that emerged in the reports and are paradoxically expressed in the labor market: they operate as vectors of exclusion and violence, but also as a form of sublimation of difference. We show how the trans body is necessarily shaped by common economic and social needs, going beyond the scope of individual choice, which is also present, but displaced into the realm of possibility. We argue that labor can be, and often is, a system operator of compulsory cisgenderism.

Keywords: Trans people; Labor; Transphobia; Passability; *Cisplay*.

Fernanda Martinelli, Taya Queiroz, Maria Léo Araruna, Bernardo Mota



Introdução

Este artigo parte de dados obtidos em uma pesquisa realizada durante o ano de 2017 sobre discriminação e empregabilidade trans no Distrito Federal e Entorno². Investigamos como travestis, mulheres e homens trans e pessoas trans não-binárias — chamadas em conjunto de pessoas trans — utilizam estratégias corporais para poderem ingressar, se estabelecer e permanecer nos espaços de trabalho. Discutimos aspectos culturais, simbólicos e práticas discriminatórias que limitam o acesso das pessoas trans ao mercado de trabalho, bem como as estratégias empregadas para conseguirem trabalho e/ou emprego ou empreenderem por conta própria em uma realidade social hostil. Observamos que o ambiente de trabalho possui barreiras culturais que impedem, de formas diferentes, a presença e circulação de corporalidades e performatividades de pessoas trans. Estas pessoas, em contrapartida, se submetem a processos de remodelação subjetiva e corporal, por vezes violentos, para se adaptar a tais espaços e conquistar a emancipação promovida pelo trabalho. A partir disso, discutimos quais direitos esses indivíduos negociam ou dos quais abdicam, em razão da urgência de serem empregados.

A partir da metodologia da Longa Entrevista (McCRACKEN, 1988), realizamos um questionário semiestruturado, em que colhemos relatos de 23 jovens residentes em regiões diferentes do Distrito Federal e Entorno, que trabalham ou estão em busca de emprego, e, nessa jornada, se veem na tarefa de administrar suas identidades de gênero para ingressar e/ou permanecer no mundo do trabalho. Dentre os processos de adequação ao espaço de trabalho, destacamos e exploramos duas categorias: a passabilidade e a prática do *cisplay*. Ambas são categorias nativas que emergem dos relatos de interlocutoras e interlocutores. Evidenciamos tanto seu caráter estratégico para a empregabilidade de pessoas trans, quanto o regime de (in)visibilidade de diferentes corporalidades trans e os processos de exclusão que estabelecem.

Contextualizando o Território Brasileiro

A partir da análise das narrativas e histórias de vida, observamos como as imposições de cunho transfóbico e cisnormativo que recaem sobre os corpos trans nos espaços de trabalho também são atravessadas por outros marcadores de vulnerabilidade, como raça e classe, devido às heranças e atualizações do histórico processo de dominação colonial que o território brasileiro enfrentou. Portanto, se por colonização podemos compreender o período em que se desenvolve uma economia de concorrência moderna e toda sua conjuntura de violência e exploração de terras e corporeidades indígenas, africanas e

1 Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Embaixada da Suíça no Brasil, a quem os autores agradecem e rendem reconhecimento.

2 Delimitamos a pesquisa geograficamente não somente à unidade da federação Distrito Federal, mas também a seu Entorno, devido a correlação econômico geográfica que exercem uma sobre a outra. A denominação oficial do espaço considerado pela pesquisa é “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno” (RIDE/DF), criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000.

amarelas por meio de instrumentos bélicos (CÉSAIRE, 1978; RESTREPO; ROJAS, 2010); por colonialidade entende-se a atualização de um poderio que confirma distinções sociais que foram culturalmente construídas em meio a históricas relações de sujeição, possibilitando a perpetuação de certos controles e desigualdades (RESTREPO; ROJAS, 2010).

Dessa forma, uma análise mais consistente sobre as vivências das pessoas trans, neste artigo, não poderia escapar a esse contexto. E é com base nisso que nos apoiamos no conceito de Interseccionalidade para evidenciar, a partir dos relatos das(os) interlocutoras(es), como distintas categorias de exploração podem atuar em conjunto viabilizando vulnerabilidades e discriminações.

O termo interseccionalidade, foi cunhado por feministas negras e diz respeito exatamente as:

[...] dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p.177).

Tendo essa definição no horizonte, organizamos uma seleção de interlocutoras(es) que privilegiasse a diversidade de raça, classe, território e gênero. Isso possibilitou um recorte mais completo e diverso sobre como as pessoas trans moldam seus corpos no mercado de trabalho, em meio a violências transfóbicas que são permeadas e atravessadas por outros marcadores de diferença próprios da dinâmica sociocultural de nosso país.

'Agora eu Sou Passável': Discriminação e Negociações para Acesso ao Mundo do Trabalho por Pessoas Trans

Como apresentamos na introdução, a discussão sobre passabilidade que propomos aparece de forma recorrente nas falas da maior parte das(os) interlocutoras(es), e isso localiza a passabilidade como uma categoria nativa. Ao mesmo tempo, esse uso reiterado e o significado simbólico da expressão dialogam com o que foi discutido em estudos seminais como os de Harold Garfinkel (2006) e St. Clair Drake e Horace R. Cayton (2015). Nos termos de Harold Garfinkel (2006, p. 60):

The work of achieving and making secure their rights to live in the elected sex status while providing for the possibility of detection and ruin carried out within the socially structured conditions in which this work occurred I shall call "passing." In the lives of these persons the work and the socially structured occasions of sexual passing were obstinately unyielding to their attempts to routinize the rounds of daily activities. This obstinacy points to the omnirelevance of sexual statuses to affairs of daily life as an invariant but unnoticed background in the texture of relevances that comprise the changing actual scenes of everyday life.³

Fernanda Martinelli, Taya Queiroz, Maria Léo Araruna, Bernardo Mota



O trabalho pioneiro de Garfinkel publicado em 1967 sobre Agnes, paciente da Gender Identity Clinic na Universidade da Califórnia, Los Angeles, se conecta com o estudo de Drake e Cayton (2015), que trata mais especificamente da 'passabilidade' no contexto racial norte-americano na primeira metade do século XX. Segundo Drake e Cayton (2015, p. 127), "(passing is) a practice by which a few Negroes with white skin and Caucasoid features and hair do cross the colour-line". Garfinkel (2006, p. 69), por sua vez, amplia o escopo da passabilidade para a dimensão sexual ao discutir o significado das interações simbólicas que envolvem Agnes, sua interlocutora:

For Agnes, acting out the new status was accompanied by the feelings that she knew something that the other person did not know, the disclosure of which, she was convinced and feared, would ruin her. The sex status transfer involved the assumption of a legitimate status the disclosure of which involved great risks, status degradation, psychological trauma, and loss of material advantages. This kind of passing is entirely comparable to passing found in political undergrounds, secret societies, refugees from political persecution, or Negroes who become whites.⁴

Garfinkel (2006) vê no caso de Agnes um exemplo de pessoa que não se identifica com o sexo designado no nascimento, e que consegue 'passar' como uma pessoa do 'sexo oposto'⁵ por carregar em seu corpo os aspectos culturais que visualmente e performaticamente definem os sexos na cultura. É preciso notar ainda que o autor não discute a experiência de Agnes como sendo uma experiência trans propriamente dita, já que o chamado 'fenômeno transexual' só vai se difundir a partir dos escritos do psicólogo Harry Benjamin em 1968 (LEITE JUNIOR, 2011). A própria Agnes rejeita a ideia de que era uma travesti, uma identidade que já era popular no jargão médico, ou um homem homossexual, e assume ser uma 'mulher indiscutivelmente natural', algo que era reconhecido por quem interagira com ela, por isso Garfinkel (2006) diz que ela possui passabilidade. Mas, ainda que não incorpore em suas análises os termos trans nem tampouco o conceito de gênero e identidade de gênero,

3 "O trabalho de alcançar e garantir seus direitos de viver no status sexual eleito, enquanto prevê a possibilidade de detecção e ruína realizadas dentro das condições socialmente estruturadas em que este trabalho ocorreu, eu chamarei de "passabilidade". Nas vidas dessas pessoas o trabalho e as ocasiões socialmente estruturadas da passagem sexual eram obstinadamente inflexíveis às suas tentativas de rotinizar as rodadas das atividades diárias. Essa obstinação aponta para a omnirelevância dos status sexuais para os assuntos da vida cotidiana como um fundo invariante, mas despercebido, na textura das relevâncias que compõem as cenas reais da vida cotidiana".

4 Para Agnes, interpretar o novo status era acompanhado pelos sentimentos de que ela sabia de algo que a outra pessoa não conhecia, cuja revelação, ela estava convencida e temida, a arruinaria. A transferência de status sexual envolveu a suposição de um status legítimo cuja revelação envolvia grandes riscos, degradação de status, traumas psicológicos e perda de vantagens materiais. Esse tipo de passagem é inteiramente comparável à passabilidade encontrada nos subterrâneos políticos, nas sociedades secretas, nos refugiados da perseguição política ou nos negros que se tornam brancos.

5 Sexo aqui visto a partir do binarismo de gênero ocidental, usando os próprios termos que Garfinkel usa em seu texto.

Garfinkel (2006) já discute a natureza arbitrária dos significados atribuídos à natureza e à 'verdade' do sexo, problematiza a produção social do sexo e sistematiza como essa produção se fundamenta em determinados modos de ser e estar no mundo. Esses modos se produzem de forma contínua e consistente na vida cotidiana.

Superando a teoria da ação social mais normativa em Parsons, Garfinkel (2006) segue uma linha interpretativa que reconhece que os sujeitos não apenas jogam com os símbolos e significados existentes no mundo social, mas têm autonomia para também produzir e criar símbolos novos e significados que marcam sua existência⁶. Nesse horizonte, a passabilidade emerge com muitos significados.

A ideia de passabilidade como 'passar pelo sexo eleito' foi popularizada e atualizada no interior do paradigma de conexão entre pessoas trans no Brasil e no mundo. Segundo Jesus e Alves (2012), esse processo possibilitou um acúmulo de debates em torno de vivências de sexo/gênero específicos. Evidencia-se, por parte de tais sujeitos, o desacordo com os discursos patologizantes a respeito das identidades de gênero próprios do momento de produção do texto de Garfinkel (2006). O novo ativismo de pessoas trans se utiliza do termo cisgênero ou cisgeneridade como uma forma de marcar a diferença em relação a transgênero ou transgenderidade (BAGAGLI, 2016). Ao mesmo tempo em que se constrói um Outro cis, acusa-o como a representação do sexo/gênero 'normal', não-patológico, e compreendido pelos sistemas discursivos como a 'verdade' do sexo. A crítica à cisgeneridade reflete sobre os processos que realizam sua manutenção como a normalidade do gênero, o que Bagagli (2016) chama de cisgeneridade compulsória.

Pelo sistema da cisgeneridade compulsória, as pessoas trans se utilizam dos aspectos simbólicos que dão materialidade às identidades de gênero cisonormativas (homem e mulher) para adquirir a passabilidade (BAGAGLI, 2016) e, assim como Agnes, se tornarem inteligíveis quanto a sua identidade de gênero. Berenice Bento (2006) denomina tais artifícios de inteligibilidade de Dispositivos da Transexualidade, que operam com a funcionalidade de tornar compreensíveis as identidades trans ao olhar cisgênero.

Em busca de evidenciar o caráter regulatório que essa passabilidade adquire no acesso ao trabalho, como demonstraremos com as entrevistas, comparamos a passabilidade cisgênero com a passabilidade de negros por brancos estudada por Drake e Cayton (2015). No estudo publicado pela primeira vez em 1945, os autores discutem a existência de diversos níveis de passabilidade em função da cor da pele. Identificam a passabilidade por conveniência, por diversão, a passabilidade não intencional e, finalmente, a passabilidade que emerge da necessidade econômica, e que está vinculada, por exemplo, ao ingresso de mulheres negras no mundo do trabalho white-collar, mais especificamente em funções como telefonistas, recepcionistas, estenógrafas e escriturárias (DRAKE; CAYTON, 2015). Essa passabilidade com o objetivo de conseguir emprego, mas também de permanecer no mesmo, é a categoria que mais nos

6 Nessa perspectiva etnometodológica Garfinkel incorpora influências da fenomenologia social de Schütz e do interacionismo simbólico da Escola de Chicago

7 Os nomes dos interlocutores foram alterados para manter sua anonimidade.

interessa no contexto desta pesquisa.

Trabalho, Passabilidade e Vida Cotidiana

Entre os interlocutores deste estudo, Arthur⁵, um homem trans pardo, destacou que “pelo fato de eu ainda não ser passável, algumas vezes reclamam quando vou entrar no banheiro masculino (em seu local de trabalho)”. Jaqueline, uma mulher transexual parda de classe média, por sua vez, afirmou:

Eu tenho uma coisa diferente que é as pessoas não suspeitarem que eu sou trans, e o burburinho e aquela coisa toda vir quando eu revelo. Então eu também não vou dizer que eu não sofro, porque eu sofro justamente nessa hora da revelação, seja em relacionamento, seja no trabalho. Aqui (no ambiente de trabalho) aconteceu muito isso: “Gente, mas eu jurava que era mulher!”. Acontece direto. Se entrar uma outra pessoa nova, eu não preciso nem me dar o trabalho de contar, porque alguém vai contar: “A gente tem até um traveco trabalhando com a gente, se você olha, nem parece um traveco, parece até mulher”. (Entrevista realizada com: Jaqueline)

Os dois relatos acima guardam particularidades e também compartilham alguns padrões. A passabilidade é vivenciada de forma diferente por duas pessoas distintas. Embora no primeiro caso a pessoa não se perceba como passável, e, no segundo caso, a pessoa se veja completamente passável, ambos compartilham uma sensação de desencaixe.

Daniel, um transexual masculino pardo de classe média, se vê, da mesma forma que Jaqueline, como uma pessoa performaticamente passável, e relata que isso também dificulta que as pessoas entendam o que é uma pessoa trans. Ele diz que não faz questão de que as pessoas saibam que ele é transexual, se sentindo confortável com o entendimento de que seria um homem cisgênero. Entretanto, especificamente no acesso ao mercado de trabalho, essa passabilidade é prejudicada pelos documentos de identidade, pois ainda não conseguiu mudar seu nome e gênero juridicamente. Dessa forma, em todas as vezes que conseguiu um emprego, foi obrigado a passar por situações constrangedoras de não-compreensão de sua identidade de gênero por ser performaticamente passável, e juridicamente não. Isso coloca a necessidade de que ele eventualmente precise explicar sobre sua transexualidade no local de trabalho.

Nas ocasiões em que isso aconteceu, afirmou que não sofreu resistência no tratamento de acordo com sua identidade, e que trabalhou tendo seu nome social respeitado. Daniel avalia que, pelo fato de ter passabilidade, sofre menos preconceito que outras pessoas trans que não a têm. Ele também pontua que tem seu nome social respeitado justamente por ser passável e acredita que, se não tivesse passabilidade, empregadores e colegas insistiriam no uso de seu nome de registro, bem como estaria mais exposto a piadas e até assédios.

O nome é um importante aspecto do respeito à identidade de gênero e acesso ao mercado de trabalho e, ao contrário da experiência de Daniel, na maioria dos relatos das(os) interlocutoras(as) que não possuíam o nome

retificado no documento, o nome social⁸ não é respeitado.

Diferentemente de Daniel, Carla, uma mulher transexual nordestina, negra, de classe baixa e moradora do Entorno do DF, se considera passável, mas, mesmo assim, nunca teve seu nome social respeitado no ambiente de trabalho. Ela passou por uma série de experiências de discriminação no mercado de trabalho, tanto por questões raciais quanto por sua identidade de gênero. Carla relata que já foi chamada de “viado”, “travequinha”, “urubu”, entre outras ofensas, por empregadores que, segundo ela, preferiam chamá-la dessa forma, pois acreditavam ser menos ofensivo que chamá-la pelo nome de registro. Carla relata que sofre mais discriminação quando sabem que ela é trans, mas ainda assim não gosta da passabilidade, porque sente que ela a prende em um armário, e isso se reflete, sobretudo, em seus relacionamentos.

Mas quando identificam que eu sou, eles não perdem a oportunidade de me deslegitimar, me chamar de senhor, de moço [...] Às vezes, eu até queria ser menos passável pra ver se não me confundem. É lógico que, quando você é passável, você evita muitas coisas, muitos tipos de violência, é uma forma de se camuflar também, né? [...] Se um boy fosse dar em cima de mim, ele ia dar em cima de mim sabendo que eu sou trans, não pensando que eu sou uma cis. (Entrevista realizada com: CARLA)

Outra mulher transexual negra nordestina moradora da periferia do Distrito Federal, Taís, também relatou que nunca teve seu nome social e seu gênero, respeitados no ambiente de trabalho, e que na maioria de suas entrevistas para conseguir emprego ela precisou fingir ser homem, chegando a usar seu cabelo preso e roupa masculina, para não ser imediatamente eliminada no processo de seleção.

Eu sempre ia pra entrevista de boné, só quando eu fui pro fast-food que eu fui de cabelo solto [...] Se eu fosse com o cabelo solto, se eu fosse que nem uma mulher trans, eles nunca iam me contratar [...] Eles falavam logo: “Se você não usar terno e gravata, não adianta, que a gente não vai aceitar vocês” [...] E aí que eu não quis. Eu não quis mudar o meu comportamento. (Entrevista realizada com: TAÍS)

Nos relatos de Taís e Carla os processos de regulação do corpo de pessoas trans pela cisgeneridade compulsória se tornam explícitos. Taís denuncia que na maioria dos empregos que trabalhou — e foram muitos, pois não conseguia se manter em nenhum por conta da transfobia — a corporalidade trans que não passava por cisgênero, seja homem ou mulher, simplesmente não poderia existir. Quando comparamos tais relatos aos de Daniel e Jaqueline, vemos que classe e raça são aspectos que vulnerabilizam ainda mais as pessoas trans e fazem com que praticamente nunca tenham sua identidade de gênero respeitada no ambiente de trabalho.

8 Nome social é o nome adotado por pessoas trans mas que ainda não foi retificado nos documentos. O nome designado no nascimento é chamado de 'nome de registro'. Quando o nome social é retificado ele passa a ser o novo nome de registro.

Ao mesmo tempo que grande parte das interlocutoras e interlocutores afirmaram sofrer discriminação no ambiente de trabalho, a maioria também afirma não fazer nenhum tipo de denúncia — geralmente por receio de sofrerem alguma consequência pela simples demanda por direitos. Esses breves recortes de pesquisa discutidos aqui sinalizam não só a necessidade de políticas públicas mais eficientes, como apontado por diversos relatórios (MICRORAINBOW, 2015; TRANSGENDER EUROPE, 2016), quanto também por regulações na legislação trabalhista e iniciativas por parte das organizações, sejam elas governamentais, não governamentais, privadas e das mais diferentes naturezas.

Na próxima seção discutiremos a prática do *cisplay*, a partir de experiências específicas de homens trans e de pessoas transmasculinas. Esse recorte se deve a dois motivos: o primeiro se refere ao fato de ser uma categoria nativa que emerge dos relatos dos informantes e também como expressão de uso frequente nas redes sociais, em grupos de homens trans e transmasculinos, que se constituem como espaços para constituição de afeto e mobilização política. O segundo motivo é o de que ainda são escassos os estudos a respeito das especificidades da discriminação que afeta os homens trans e transmasculinos de modo que focamos nas dinâmicas de socialização e corporificação dessas pessoas de maneira mais aprofundada na próxima seção.

***Cisplay*: Estratégias de Empregabilidade e Resistência de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas**

Antes de prosseguirmos, é necessária a compreensão de duas categorias já mencionadas anteriormente. A primeira é Homem Trans: indivíduo que foi indicado, no nascimento, como integrante do gênero feminino, porém que, em sua autopercepção e construção, reconhece-se marcadamente como homem. A segunda é Transmasculino, uma categoria de maior abrangência composta por indivíduos que foram indicados ao nascimento como do gênero feminino, mas que localizam seu gênero dentro do espectro das masculinidades, sendo eles: homens trans, não-binários⁹ masculinos, demi-boy/demimenino¹⁰ ou outras possibilidades de gêneros transmasculinos.

Ao lado dos relatos que emergiram da pesquisa de campo, analisamos aqui postagens em páginas no Facebook em que é possível localizar práticas e denúncias de *cisplay*. Esse segundo eixo de investigação se justifica em virtude das redes sociais virtuais serem um local importante de interação para homens trans e transmasculinos, que trocam informações, experiências e formam redes de apoio e solidariedade. Também é possível identificar que o termo é utilizado como linguagem de grupo, sendo uma hipótese que (*cisplay*) representa um ‘atenuante’ para que pessoas trans consigam relatar episódios de violência e insatisfação com instituições que, de tão violentas, não possibilitam o rompimento com o cissexismo (KASS, 2015), ou seja, locais que reproduzem maior hostilidade a identidades trans.

9 Não-binários são pessoas que localizam seu gênero além do binário masculino e feminino, podendo pertencer a uma terceira categoria ou sentirem-se contemplados com uma mistura das duas primeiras, entre outras possibilidades.

10 Demi = metade, equivale-se a “meio-menino” ou “metade-garoto”.

Existem diversos tipos de grupos em redes sociais virtuais criados e frequentados por transmasculinos no Brasil, e neles os temas discutidos são diversos, como hormonização, cirurgias de mastectomia, feminismo e espaços de militância em geral, próteses penianas, *binder*¹¹, relacionamentos afetivo-sexuais, *nudes*¹², organização política, entre outros assuntos. Durante a etapa de campo desta pesquisa um interlocutor relatou, inclusive, que conheceu a transexualidade através de grupos no Facebook. E foi também através dos grupos que ele teve acesso a todas as informações, soube das cirurgias para homens trans, do tratamento hormonal e conheceu outros homens trans. Em um segundo momento, começou a participar de grupos de homens trans no *WhatsApp*.

A estigmatização das identidades homens trans e transmasculinos contribui para o fortalecimento desses circuitos de sociabilidade e solidariedade, que muitas vezes se ampliam para além das redes virtuais. No Distrito Federal e Entorno, meninos trans e transmasculinos passam a dividir casas, a compartilhar um lar — muitos deles após terem sido expulsos da casa de suas famílias por serem pessoas trans. Um outro eixo que também se desenvolve em função dessas redes e do compartilhamento de vivências é o ativismo. Ao lutar por igualdade de direitos, essas pessoas começam a se organizar e encaminhar suas demandas ao poder público em nível local e nacional, tendo como uma das pautas centrais o direito ao trabalho.

***Cisplay*: Aquilo que te Mata Todos os Dias**

Como afirmamos acima, *cisplay* é uma categoria nativa que emerge com recorrência nos relatos das(os) informantes desta pesquisa. É uma analogia ao termo e à prática *cosplay*, comum entre fãs de desenhos animados e histórias em quadrinhos, os quais se vestem como personagens e interpretam situações do mundo da ficção. Segundo Nagami (2010, p. 957):

cosplay é uma contração das palavras ‘costume’ (traje/fantasia) e *play/roleplay* (brincadeira, interpretação), é uma atividade em que os praticantes se vestem e comportam de modo semelhante aos seus personagens preferidos [...].

No entanto, enquanto o *cosplay* tem uma dimensão lúdica e criativa, a prática do *cisplay*, conforme enunciada pelos interlocutores da pesquisa, é um ato que não guarda necessariamente empatia ou identidade com o papel que está sendo interpretado.

Cisplay está vinculado ao conceito de cisgênero, já explicado anteriormente. A prática do *cisplay* refere-se, portanto, ao que uma pessoa trans faz quando finge ser cisgênera para evitar passar por algum constrangimento, assédio e/ou discriminação. Difere-se da passabilidade pois esta última não necessariamente é intencional. Por exemplo, um homem trans

11 Como são comumente chamadas pelos transmasculinos as faixas para esconder o volume dos seios.

12 Fotos do corpo, geralmente nu, tiradas de forma sexual/erótica.

que, apesar de reconhecer-se enquanto transmasculino, utiliza o nome de registro feminino e se apresenta como se fosse mulher cisgênera para conseguir um emprego ou manter o seu atual está fazendo *cisplay*. Diante disso, pode-se entender essa prática como uma faceta bastante rigorosa e abrupta do regime da cisgeneridade compulsória, pois — diferentemente da passabilidade cisgênera, em que o próprio corpo trans precisa se adaptar e se remodelar para se encaixar nas performatividades e normativas cisgêneras —, neste caso, existe a necessidade de abdicar-se de sua própria identidade, vivência e experiência trans para conseguir oportunidades e não sofrer abusos e discriminação.

Em muitos relatos em redes sociais e por parte das(os) interlocutores desta pesquisa, há definições que demarcam o sofrimento causado pela prática do *cisplay*. É possível constatar que a prática do *cisplay* se trata de um mecanismo contraditório utilizado por pessoas trans para se esquivar de violências estruturais que recaem sobre a transgeneridade. Um outro interlocutor, que optamos por não identificar, afirmou que '*cisplay*' é aquilo que te mata todos os dias. Para outros transmasculinos, assumir uma identidade que não diz respeito ao que eles verdadeiramente são, é 'cansativo' e pode 'abalar a autoestima'.

Seja na família, na escola, no local de trabalho ou no lazer, é comum que os depoimentos sobre a prática do *cisplay* sejam acompanhados de tristeza e ansiedade por parte dos homens trans e transmasculinos que fazem uso desse artifício, o que evidencia a violência contida nessa forma de se esquivar da transfobia como inegavelmente prejudicial para a saúde mental dessas pessoas.

Cisplay e o Mercado de Trabalho

Você começou a transição no emprego?

A: Não, eu já tinha começado. Só que, quando eu fui a primeira vez no emprego, eu preferi ir com roupas femininas, pelo fato de eu entregar meu currículo com o nome de registro.

Você fez propositalmente isso?

A: Foi... por medo. (Entrevista realizada com: ARTHUR)

O fingir-se de cisgênero é constante nos relatos de homens trans que estão em busca de emprego. Pode-se notar que se por um lado existe o medo de ser discriminado por ser trans, de outro lado há também quem diz estar cansado de não ter oportunidades e que recorre ao *cisplay* por não aguentar mais a transfobia como um fator impeditivo de acesso ao mercado de trabalho.

A partir dos relatos de transmasculinos no Distrito Federal e Entorno, é possível localizar algumas situações que parecem estimular a prática do *cisplay*. Uma delas ocorre quando a pessoa trans ainda não fez sua transição de gênero, ou seja, o sujeito até então não se identifica enquanto uma pessoa cujo gênero é destoante do que indicaram ao seu nascimento, nem reivindica pronomes diferentes dos quais usualmente era chamado.

Outro contexto que pode levar ao *cisplay*, e que nos chama ainda mais atenção, acontece com pessoas trans que já vivenciavam sua identidade,

porém, após tentativas frustradas na procura, permanência ou ascensão em empregos, são obrigadas a esconder sua identidade trans. Elas passaram a performar como se fossem cisgêneras, a fim de permanecer em seus cargos e/ou ter mais chances de pleitear um espaço no mercado de trabalho. Como nesse relato de um homem trans:

Após várias entrevistas de emprego, em que eu era uma pessoa elegível ao cargo até descobrirem que eu era trans e logo dispensarem, comecei a procurar empregos vestido como se fosse uma garota cis. Não escondia mais os seios e tentava disfarçar os sinais de que eu era trans [...] Mas todos os dias quando eu pegava o ônibus para sair de casa eu chorava, eu não queria me submeter aquilo, mas eu precisava trabalhar. (Entrevista realizada com: PAULO).

A página de Facebook chamada Ilustrações não-binárias postou uma imagem ilustrativa da prática do *cisplay* no mercado de trabalho.

Figura 1: Ilustração de pessoa trans não-binária oprimida por fazer cisplay.



Fonte: Facebook, 2017.

A legenda da postagem explica a ilustração da seguinte forma:

(Ilustração de uma pessoa segurando um papel onde está escrito 'Currículo. Nome de batismo'. Sua expressão é triste. Há dois balões de fala: "Pessoas não-binárias são trans também e assim como as binárias, temos que fazer cisplay para conseguir emprego). Ah, o nosso famoso cisplay. Nós pessoas não-binárias temos todos os motivos para fazer cisplay também, seja por pressão familiar, dependência financeira, etc. E ter que ficar no armário pra poder se sustentar não é privilégio nenhum (FACEBOOK, 2017).

Nos comentários sobre a postagem aparece o seguinte diálogo:

Usuário 1: Oq é cisplay?

Perfil da Página Ilustrações Não-binárias: É quando uma pessoa

Fernanda Martinelli, Taya Queiroz, Maria Léó Araruna, Bernardo Mota



trans tem que se vestir pra parecer do gênero ao qual lhe designaram ao nascer, ser chamado pelo nome de registro, basicamente fingir ser cis por qualquer motivo que seja

Usuária 2: É tipo "cosplay" qnd vc se fantasia de algo. So q com trocadilho cis

Usuário 3: Eita, faço cisplayer a minha vida toda e não sabia [...]

Usuário 4: Disforia é um prato diário (FACEBOOK, 2017)

Arthur, interlocutor da pesquisa, também evidencia como essa situação o afeta, e como recorre à prática do *cisplay* como estratégia, dependendo do local onde entrega seu currículo e faz entrevista:

Hoje, quando você vai fazer o currículo, você coloca como?

A: Depende do local. O que eu consegui, para o estágio, coloquei nome social. Atualmente tô preferindo colocar nome social, mas dependendo do local ainda fico com receio.

Pediram (no estágio) para mandar documento e como eu tenho a identidade social do Pará, eu coloquei junto a identidade oficial, né? Com nome de registro e, do lado, eu enfatizei o social para mostrar e tudo. Ai eles aceitaram. (Entrevista realizada com: ARTHUR).

Já Daniel revelou que não fazer *cisplay* pode ter consequências que impactam na permanência no emprego. Em um dos locais em que trabalhou, ele acredita que foi demitido por conta de transfobia, já que se apresentou como transexual e a justificativa da demissão foi que ele “não tinha receptividade com os clientes”. Em sua perspectiva isso não acontecia, pois considerava ter uma boa relação e ser bem tratado pelos clientes. Afirmou, ainda, que as pessoas têm dificuldade de entender que ele é uma pessoa trans por conta de sua passabilidade, e que quando veem seu nome no documento ficam confusas, de modo que isso faz com que ele precise contar sua história de vida para ser compreendido.

Por esse motivo, explica que, quando realizar a retificação do nome, não irá mais revelar ser transexual, “a não ser que seja extremamente necessário” — como por ocasião da exigência de apresentação da certidão de reservista (ele não entrou com processo de retificação de gênero, apenas do nome, e o certificado só é emitido para pessoas reconhecidas como homens pelo Estado).

Ter passabilidade, contudo, não garante plena integração com os colegas de trabalho. A esse respeito, Daniel também relata que os outros funcionários da pizzeria onde trabalhava faziam constantemente comentários machistas e transfóbicos contra ele, inclusive cobrando atitudes machistas para legitimar sua masculinidade, dizendo frases como: “Você não gosta de futebol, então você não é homem”, “Você não gosta de carro, então você não é homem”, “Se você não canta as mulheres na rua, então você não é homem”. Segundo ele, os colegas o obrigavam a agir como eles para mostrar que ele também era homem. Zombavam inclusive da sua voz, dizendo que ele deveria “falar grosso” (como tinha iniciado a terapia hormonal com testosterona muito recentemente, sua voz ainda estava em transição).

Apesar dos constantes assédios descritos acima, Daniel imagina sofrer menos discriminação se comparado a outros homens trans em situação distinta:

Você acha que sofre menos preconceito porque tem uma aparência de pessoa cis?

D: Acho. Porque eu me comparo muito com os homens trans “pré-t” (pré-transição). Eles sofrem porque eles chegam e as pessoas não aceitam o nome deles. Já pegam e chamam no gênero feminino e isso é muito chato pra gente. Você ter que ficar reforçando que você é homem, isso vai desgastando. E eu nunca precisei fazer isso, eu nunca precisei reforçar, eu falava que era homem e pronto. Quem não conhecia entendia.

[...]

Em todos os empregos que eu trabalhei, eu trabalhei com nome social. Mas foi igual eu falei pra você, eu sempre tive passabilidade. Se eu não tivesse essa passabilidade teria sido bem mais complicado. Eles com certeza teriam usado o meu nome de registro ou as piadas poderiam ser piores a ponto de um assédio sexual também como eu vejo relatos. (Entrevista realizada com: DANIEL)

Em uma etnografia com homens trans nos Estados Unidos, Kristen Schilt (2010) observa que ser tratado no ambiente de trabalho como ‘um dos caras’ traz reconhecimento em termos de camaradagem. Observa, ainda, que isso é muito mais recorrente entre homens trans brancos percebidos como heterossexuais. O tipo de interação social observado acima demarca o repertório que deve ser partilhado para ser ‘um dos caras’, e evidencia transfobia e machismo. A exigência de que um homem trans se comporte dentro de certos códigos e assuma comportamentos machistas revela como a desigualdade de gênero se institucionaliza nesse espaço de trabalho reificando a naturalização das diferenças entre homem e mulher e o binarismo heteronormativo de gênero. Nesse contexto, um homem trans deve ser tratado de forma distinta, e para ser ‘um dos caras’ precisa, por sua vez, tratar as mulheres da mesma forma preconceituosa com que é tratado quando não adota comportamentos machistas.

Considerações Finais

De acordo com o pesquisador Benjamin Braga Neves (2015, p. 43),

Desde 2010, e principalmente após o lançamento da obra intitulada “Viagem Solitária” de João W. Nery, um homem trans ativista e escritor, podemos observar a crescente visibilidade de trans homens, ftms, homens, homens trans, travestis, transgêneros masculinos e pessoas não binárias que se identificam com a masculinidade no nosso país, tanto na grande e independente mídia, quanto no movimento LGBTIQ.

Essa visibilidade, contudo, não necessariamente implica uma ampliação do

Fernanda Martinelli, Taya Queiroz, Maria Léo Araruna, Bernardo Mota



que Gilberto Velho (2003) define como Campo de Possibilidades. Para Velho (2003, p. 28), portanto:

Campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée*.

A noção ampla de campo de possibilidades é importante para refletir qual a margem de manobra que as pessoas trans têm para concretizar seus projetos de vida e construir suas corporalidades de forma menos violenta e insegura. As análises apresentadas neste trabalho são ainda preliminares, mas já fornecem evidências sobre o que está em disputa. A questão do *cisplay*, primeiramente, possui a potência em demonstrar que se afirmar como pessoa trans significa assumir uma série de riscos, vulnerabilidades e estigmas no ambiente de trabalho — seja por parte dos colegas, seja por parte dos empregadores, que via de regra reconhecem a legitimidade apenas das classificações binárias, estáticas e cromossômicas de gênero masculino ou feminino.

Enquanto a passabilidade cisgênera mostra uma ambiguidade na construção do corpo trans segundo pressupostos cisnormativos. Se, por um lado, alguns interlocutores e interlocutoras de fato experimentam a passabilidade como a realização plena de suas identidades de gênero, outras recusam a passabilidade por acreditar que ela invisibiliza suas identidades trans. Ainda assim, todas e todos, passáveis ou não, reconhecem que a passabilidade cisgênera faz com que evitem situações de preconceito e violência, o que pode atribuir a essa prática — ser passável — não somente à ordem do desejo, da escolha individual, mas da necessidade, pois se relaciona com as próprias condições de existência da pessoa, com a concretização do poder ser o que se é.

Diante de tudo isso, podemos afirmar, com base nos dados e análises desempenhados nesta pesquisa, que a regulação da corporalidade de pessoas trans no espaço social é feita com base nos padrões cisgêneros de corporalidade e performatividade. O que não habita a cisgêneridade ou o que não está adequado segundo seus critérios de inteligibilidade é frequentemente excluído dos espaços sociais e isso dificulta a presença e a visibilidade de pessoas trans no ambiente de trabalho. Nesse sentido, observamos que a cisgêneridade compulsória violenta os corpos trans em um regime discriminatório que constrói barreiras para que essas pessoas tenham acesso ao trabalho e à renda e possam adquirir emancipação social e financeira.

Por isso, políticas públicas de empregabilidade devem ser pensadas de forma ampla e construídas em diálogo com outras políticas em áreas como saúde, educação, segurança, mobilidade, moradia e combate à pobreza, por exemplo, no sentido não só de incluir pessoas trans nas diversas esferas do

mundo social de onde são excluídas ou marginalizadas, mas de se criar condições efetivas para que essa população tenha acesso e possa construir para si uma cidadania livre e autônoma. O horizonte dessas políticas deve contemplar o respeito à diversidade corporal para uma ótica além do binário cisgênero e heteronormativo, pois só assim o amplo escopo de possibilidades de ser trans poderá alcançar seu pleno potencial.

Referências

BAGAGLI, B. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 87-100, maio-out. 2016.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, pp. 165-182, jan.-jun. 2014.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CÉSAIRE, A. **Discurso Sobre a Colonização**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188. 2002.

DRAKE, St. C.; CAYTON, H. R. **Black Metropolis**: A Study of Negro Life in a Northern City. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

FACEBOOK. **Ilustrações Não-binárias**. Disponível em: <<https://bit.ly/2Dq3mIa>> Acesso em: jun 2017

GARFINKEL, H. Passing and the Managed Achievement of Sex Status in an "Intersexed" Person (1967). In: STRYKER, S.; WHITTLE, S. (Ed.). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006. p. 58-93.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos - Dossiê Trans-formações em gênero**, v. 11, n. 2, p. 8-19. 2012.

KASS, H. O que é e porque precisamos do transfeminismo. In: SAKAMOTO, L.; MANO, M. K. **A quem pertence o corpo da mulher?** Reportagens e Ensaio. São Paulo: ONG Repórter Brasil, 2015.

LEITE JÚNIOR, J. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

MCCRACKEN, G. **The Long Interview**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1988.

Fernanda Martinelli, Taya Queiroz, Maria Léo Araruna, Bernardo Mota



MICRORAINBOW. Hear estudo de caso individual, 2015. Disponível em: <<https://microrainbow.org/pt-br/hear-estudo-de-caso-individual>> Acesso em: junho de 2017.

NAGAMI, I. C. Antropologia da Performance: a experiência do cosplay e as ações performáticas. In: VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2010, Londrina. **Anais...** Londrina, 2010. p. 956-969.

NEVES, B. B. de A. **Transmasculinidades e o cuidado em saúde: desafios e impasses por vidas não-fascistas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Clínica Médica), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

SCHILT, K. **Just One of the Guys? Transgender Men and the Persistence of Gender Inequality**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

TRANSGENDER EUROPE. Trans Murder Monitoring, 2016. Disponível em: <<http://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>> Acesso em: junho de 2017.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Recebido em 15 de Agosto de 2018.

Aceito em 26 de Outubro de 2018.

Fernanda Martinelli, Taya Queiroz, Maria Léo Araruna, Bernardo Mota

